

Memória
50ª Reunião Ordinária do Comitê
Gestor do PDRS do Xingu

11 de maio de 2017



MEMÓRIA DE REUNIÃO

50º REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO PDRSX - CGDEX

DATA: 11 de maio de 2017

LOCAL: Associação Comercial Industrial e Agropastoril de Altamira - ACIAPA

HORÁRIO: 10h00min – 16h00min

CIDADE: Altamira-PA

PARTICIPANTES MEMBROS: Lista de frequência (Anexo 1)

PARTICIPANTES CONVIDADOS: Lista de frequência (Anexo 2)

COORDENAÇÃO:

Thiago Dantas Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República), Rosibergue Torres Campos (Consórcio Belo Monte - CBM), Maria Amélia Enriquez (Secretaria De Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica) e João Batista Uchôa Pereira (Fundação viver, Produzir e Preservar - FVPP).

RELATOR: Ariwanda Verônika e Lucimara Lima (Instituto Avaliação - IA)

PAUTAS DELIBERATIVAS

- 1) Aprovação da 49ª Memória da Reunião Ordinária do CGDEX;
- 2) Homologação dos Resumos de Projetos aprovados na Etapa I do Edital 2017 do PDRS Xingu;
- 3) Homologação da etapa 1 do Edital 2017, procedimentos de análise de recursos quanto à habilitação dos documentos:
 - ✓ 15/05 – Prazo para o julgamento das propostas com recursos deferidos quanto à documentação;
 - ✓ 17/05 – Prazo de submissão de recursos sobre a pontuação das propostas deferidas quanto à documentação; e
 - ✓ 19/05 – Prazo de apreciação pela coordenação geral de recursos quanto à pontuação das propostas referidas no item anterior.
- 4) Próximo Edital 2017;
- 5) Contrato com a Gestora do PDRS Xingu;

6) **O que ocorrer.**

Abertura

Às 10h00min do dia 11 de maio de 2017, deu-se início a 50ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do PDRS Xingu, sob a coordenação do Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República), que deu boas-vindas aos presentes. Saldou a ACIAPA e lembrou que o ambiente foi palco de debates acalorados. Pediu a compreensão dos presentes pelo espaço ambiente não apresentar uma boa qualidade acústica, prejudicando assim o entendimento e a interação com o som ambiente, mas que de qualquer maneira é importante a mudança de ares. Informou que a mudança se deu por uma questão de custos, de manutenção e de organizações dos eventos do PDRSX, que a Coordenação, a Secretaria Executiva e o Instituto Avaliação - IA, estão atentos aos preços de alugueis e de uso das instalações, e sempre propõem medidas que possam favorecer a economia do recurso da Gestão. Comentou que talvez nas próximas reuniões continuem assim, mas em caso de mudança, os membros serão comunicados previamente.

Novamente o Sr. Thiago Carneiro deu boas-vindas e agradeceu a presença dos participantes da reunião de preparação do Comitê Gestor ocorrida no dia anterior, 10 de maio de 2017, por terem tido a oportunidade de discutirem as pautas da reunião do presente dia. Reforçou que muitos pontos debatidos na reunião ocorrida, foram considerados, e dessa forma deixando os pontos da 50ª Reunião mais encaminhados e de uma maneira mais objetiva. Antes de passar a palavra aos colegas da mesa, para que pudessem fazer suas considerações, convidou o Sr. Hidelgado Nunes (Deputado Estadual) para fazer uso da palavra no momento inicial.

O Sr. Hidelgado Nunes (Deputado Estadual) desejou bom dia a todos os presentes e cumprimentou os membros da mesa. Falou de sua alegria e satisfação em ter tido uma agenda que coincidissem com a realização de uma reunião do PDRS Xingu, e particularmente em uma reunião de deliberação, na qual projetos serão analisados e aprovados em favor da região, atendendo não apenas a pleitos

municipais, mas também da própria Sociedade Civil, pela necessidade que tem de se fortalecer. Informou que desde a época que estava como Secretário de Estado de Agricultura, constantemente conversava com os Secretários Municipais sobre a necessidade de se ter um projeto que fosse estruturante para a região e que pudesse dinamizar a base produtiva, deixando um legado para as próximas gerações, mas havia uma fragmentação dos projetos, sem que isso pudesse ter a consistência necessária para a construção de algo mais estruturado na região. Informou que durante sua gestão deram prioridade a Cacaucultura, por conta da região ser a maior e melhor locação para o cultivo do cacau. Comunicou que o Pará conseguiu um exponencial de crescimento no último ano, alcançando a colocação de 1º lugar na produção nacional de cacau no Brasil.

Dando continuidade, o Sr. Hidelgardo Nunes chamou atenção para dois pontos. O primeiro foi com relação a aplicação dos recursos do PDRSX, pedindo atenção em especial dos prefeitos e demais participantes do governo estadual e federal, que todos devem ter consciência que o recurso do PDRSX é um recurso de natureza privada, contabilizado no custo total do projeto quando foi concebido e que inclusive definiu a vencedora do processo licitatório para tocar a obra de Belo Monte, sendo um recurso conquistado pela região, afim de ter adicionais ao Desenvolvimento Regional, como forma de compensar os impactos sociais, decorrentes de um grande projeto. Reforçou que quando chama a atenção dos prefeitos, do governo do estado e do governo federal, é para que o PDRSX não possa ser encarado como uma fonte substituta dos Orçamentos Gerais da União - OGU's, dos Orçamentos Gerais do Estado - OGE's e dos Orçamentos Municipais, pois para isso existe o orçamento.

O Sr. Hidelgardo Nunes ressaltou que o PDRSX deve ser um recurso adicional, não podendo ser utilizado para substituir os recursos que por obrigação, União, Estados e Municípios têm o dever constitucional de aplicar. O segundo ponto foi sobre o montante de R\$ 500 milhões do PDRSX, lembrando que já não é mais esse valor, uma vez que já vem sendo aplicando e de acordo com os últimos dados, têm um pouco mais de R\$ 300 milhões para ser aplicados no horizonte que está

previsto, que ouvindo os prefeitos e algumas lideranças, disse achar que é chegada a hora se discutir formas de prolongar esse recurso. Podendo ser feito, como já vem sendo apresentado, com através da criação de um Fundo, no qual esse recurso possa ser aplicado, e além de ter seu rendimento contabilizado em favor da região, possa ser aplicado para financiamento dos projetos. Após breve explanação sobre alguns fundos, como por exemplo, o Fundo Amazônia, reforçou que os que dirigem, participam e debatem o Fórum em questão, possam discutir e ver os melhores caminhos para que a ideia seja concretizada. Por fim reforçou que não se caia na tentação de substituir os orçamentos e as obrigações que o estado tem pelo PDRSX, que União, Estados e Municípios têm compromissos constitucionais e que para isso existe o orçamento, sendo o PDRSX um adicional e um extra para se fazer mais. E que através da criação de um Fundo possa prolongar a existência desse recurso, e que seja fonte de financiamento para o desenvolvimento da região. O deputado agradeceu a oportunidade e desejou uma ótima reunião a todos.

Dando continuidade a reunião, a Sra. Maria Amélia Enriquez (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica - SECTET), desejou bom dia a todos e agradeceu a presença do Sr. Hidelgado Nunes, que antes de estar como Deputado realizou um trabalho muito interessante. Informou que ao ver algumas estatísticas da produção do cacau, observou que o Sr. Hidelgado é um incentivador da questão do cacau e que foram feitos vários investimentos, principalmente para melhorar as sementes. Comentou que se pegarmos as estatísticas da região, durante a gestão do ex-secretário, a produção de cacau praticamente dobrou, e que sabe do trabalho feito pela Secretaria de Agricultura, juntamente com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER, foram de suma importância para o fortalecimento dessa área na região. Reforçou que o reconhecimento deve ser feito ao trabalho da Secretaria de Agricultura e particularmente ao entusiasta e na época Secretário, Sr. Hidelgado. Disse acreditar que agora na Assembleia Legislativa, o deputado poderá fazer um trabalho de continuidade.

A Sra. Maria Amélia (SECTET) dirigiu-se ao ex-secretário para falar sobre o momento crítico de pós-construção de Belo Monte, que a região teve pico de emprego e geração de renda e tudo que vem a reboque de uma grande obra, sendo gerados em 2014 quase 65 mil empregos formais na região, o que para um município de aproximadamente 130 mil habitantes, no caso de Altamira e que grande parte desses empregos foi nesse município em Vitória do Xingu, é um número muito expressivo, mas que a partir de 2014, começasse a ver um processo de desmobilização dessa mão de obra e que a região acaba tendo recorde de desemprego. Sendo em 2015, 20 mil; 2016 10 mil e que esse ano já são 3 mil empregos que a região vem perdendo, sendo a maioria dos trabalhadores de outros estados, mas que grande parte acaba permanecendo no lugar, até mesmo em busca de novas oportunidades.

Fez breve explanação sobre as características e riquezas da região e sobre a importância do fortalecimento da agricultura, sem que seja necessário derrubar a floresta, sendo esta mais valiosa em pé do que derrubada. Comentou que a pecuária pode ser trabalhada de forma alinhada com o meio ambiente, através de sistemas de intensificação e melhoramento de pasto. Exaltou a riqueza de conhecimento dos participantes, sendo aquele um espaço privilegiado pra se estar discutindo estratégias de desenvolvimento. Sendo esse o papel do governo do estado, na construção coletiva do desenvolvimento da região pós-obra para se alcançar futuros desejados.

Para dar continuidade o Sr. Rosibergue Campos (Presidente do Consórcio Belo Monte - CBM) desejou bom dia a todos, em seguida agradeceu a Deus pela vida concedida e por mais uma reunião do Comitê do PDRS Xingu, desejando sabedoria e discernimento na reunião. Iniciou sua fala registrando a presença dos prefeitos Sr. Francisco Rodrigues (Pacajá), Sr. Dirceu Biancardi (Senador José Porfírio), Sr. Alexandre Lunelli (Brasil Novo) e da prefeita Sra. Raquel Brandão (Placas). Informou que durante muito tempo o Consórcio não se fazia presente com seus cinco votos, agradecendo a presença dos prefeitos e sobre a importância dos mesmos. Registrando a reunião ocorrida no dia anterior, durante a noite na ACIAPA,

com os vereadores, prefeitos, representantes do Governo do Estado e ACIAPA, para discutir sobre a criação de um Fundo de Desenvolvimento, que uma das propostas é que 50% dos royalties do Estado fique na região. Ressaltou as palavras ditas pelo Deputado Hidelgado Nunes, sobre um novo modelo de gestão do PDRS Xingu, dizendo que há muito tempo já se vem falando sobre a criação desse Fundo, em seguida propôs aos demais membros da mesa, Sr. Thiago Carneiro, Sra. Maria Amélia e Sr. João Batista para se reunirem e discutirem sobre o assunto, uma vez que já observou que os Governos Federal, Estado e Município, e movimentos sociais são a favor; questionando o que falta para se avançar nessa discussão. Sugeriu que os mesmos marquem uma reunião para discutir essa nova gestão. Comunicou que foi construída uma proposta que seria apresentada mais à frente para que o PDRS Xingu possa alcançar o seu objetivo que é desenvolver a região. Para finalizar, expos seu desejo de que todos possam caminhar para as soluções do problema da região.

O Sr. João Batista (Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP) saudou a todos os presentes e disse achar importante que as instituições se proponham em participar frequentemente desse espaço plural, sendo o PDRSX um referencial importante de processo democrático, que interessa as pessoas e as Instituições que se propõem a pensar, propor e a fazer as ações de desenvolvimento desse território. Falou que os desafios nesse território são motivos suficientes para que todos possam estar emanados no sentido de construir soluções, alternativas e pontes para que se possa lograr resultados positivos, naquilo que se deseja em relação ao desenvolvimento sustentável desse território, sendo um espaço de grande diversidade. Fez comentário sobre a situação conjuntural vivida no país, que coloca a sociedade em uma situação de incerteza com relação ao futuro das instituições que funcionam como fator de equilíbrio, em relação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Acrescentou que o PDRS Xingu é um fragmento de democracia e que devemos tratá-lo de forma equilibrada e nos tratarmos, internamente, de forma respeitosa, e fazer valer o espaço democrático e participativo que tem a ousadia de implementar ações e lidar com as diversas formas de pensar das Instituições e das

peças e mesmo assim, conseguir avançar no conjunto de ações. Disse que para ele, deve-se tomar uma decisão sobre o papel e o conjunto de ações positivas que PDRS já definiu no Plenário e já implementou; que as mesmas precisam aparecer para a sociedade, citando como exemplo casos da saúde, da agricultura e das políticas sociais, no desenvolvimento de projetos incríveis, sendo possibilitados pelo PDRSX. Sendo necessário expor os casos de sucesso dos projetos que beneficiam não apenas a região, mas o Brasil como um todo, que devemos valorizar o que de bom foi feito. Ressaltou que nem sempre os projetos dão certo, mas que não é em cima dos erros que se constrói a ponte para o futuro, refletindo e auto avaliando, tendo que externalizar o que é bom, principalmente em um momento emblemático que estamos vivendo, para que possamos nos libertar para acolher as demandas, refletir e para nos propor a corrigir os erros “na roda”. Não é parando e nos autoflagelando que vamos corrigir. Chamou a atenção da plenária sobre a deliberação dos próximos passos do edital.

Dando prosseguimento, o Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) passou a palavra ao Sr. Hidelgado Nunes para fazer sua despedida. O mesmo agradeceu a todos os participantes da plenária e desejou aos membros um bom trabalho e bons resultados para que se possa dar um passo a mais na construção do desenvolvimento da justiça social para a região. O Sr. Thiago agradeceu as palavras e deu início aos pontos de pauta deliberativos da reunião.

1) Aprovação da Memória da 49ª Reunião Ordinária do CGDEX

O Sr. Thiago Carneiro, informou que conforme envio da Memória a todos os membros do Comitê para manifestações, consultaria os mesmos e caso não houvesse manifestações, considerassem aprovada a Memória da 49ª Reunião. Como não houve manifestação, a memória foi aprovada.

Deliberação: Aprovada a 49ª Memória da Reunião Ordinária do CGDEX.

2) Homologação dos Resumos de Projetos aprovados no Etapa 1 do Edital 2017 do PDRS Xingu

O Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) iniciou o ponto falando sobre a situação peculiar ocorrida no Edital 2017, se referindo as muitas inabilitações por documento. Disse que essas situações ensejaram medidas da Coordenação Geral, sendo convocada pelo Instituto Avaliação, a tomar decisões, e aqueles que estiveram presentes puderam deliberar sobre essas decisões e tomar algumas medidas que precisam ser referendadas na reunião pelo Comitê, já que o Edital determina que casos não previstos sejam tratados no âmbito do Comitê. Falou que foi essa a conduta que a Coordenação tomou, e que ela não se esgota por si, precisando do referendo do Comitê, da sanção ou veto do que foi colocado.

O Sr. Tiago Carneiro citou que o Edital falava em habilitação e em análise preliminar de documentação como exigência da 1ª etapa, como requisito de submissão de projetos na 1ª etapa. Informou que esses documentos foram mantidos dos editais anteriores, que muitos eram aplicados a diversas organizações distintas, sem considerar sua natureza, mas que mesmo assim ao analisar os projetos submetidos, o Instituto Avaliação teve esse cuidado, na medida em que era possível essa análise, sendo a Coordenação Geral – CG, consultada sobre quais documentos seriam pertinentes a cada organização ou não, e que em muitos casos colocava a lição da Coordenação em pontos bem delicados, se era pertinente ou não, porque de qualquer maneira, há uma determinação do edital para exigência daquela documentação, colocando essa decisão de maneira bem complicada em reverter isso unilateralmente de um colegiado ou de um grupo bem menor que representam os segmentos desse Comitê, mas que obviamente foi levado em consideração às deliberações do Comitê, mas que de qualquer maneira os documentos eram exigidos. Nesse sentido, como o Edital falava em uma avaliação preliminar, teve-se que supor, como não houve uma previsão do Edital para isso, de um momento de análise de oportunidade para recursos em face da inabilitação inicial, ou seja, como

o Instituto Avaliação teria essa competência de análise inicial preliminar, supôs que haveria uma análise definitiva sobre os documentos enviados.

Segundo o Sr. Thiago Carneiro, a solução encontrada pelos membros convocados foi incluir o recurso documental, referente à documentação, dentro do prazo previsto do Edital para recurso sobre pontuação. Dessa maneira os proponentes foram comunicados, assim como os membros das Comissões Avaliadoras sobre essa medida, e o prazo correu até o dia 03 de maio. Nesse período foram submetidos 62 recursos e o resultado foi: 05 deferidos e 57 indeferidos. Comunicou que a maioria dos recursos indeferidos tinham como objeto a consideração de documentos enviados após o dia 30 de março, que era o prazo limite para submissão de recurso, e como havia esse prazo bem específico no Edital, a Coordenação não tinha condições de desrespeitar isso e considerar os documentos enviados depois dessa data, mesmo que eles tivessem caráter esclarecedor sobre documentos já enviados. Reforçou que os prazos estipulados em edital foram seguidos e a regra foi aplicada a todos, e proponentes que conseguiram cumprir o prazo, atuaram com responsabilidade de esclarecer todos os documentos enviados até o prazo estabelecido em Edital.

O Sr. Thiago Carneiro falou que como a maioria dos recursos tratava sobre inclusão de documentos e esclarecimento de documentos já enviados fora do prazo, a Coordenação decidiu pelo indeferimento. Outros casos foram analisados também com relação à pertinência ou a exigência daquele documento para determinada organização e que isso também foi considerado, sendo alguns deferidos ao se identificar que determinados documentos não caberiam a organizações específicas. Disse que isso revela um fato bem curioso sobre o público que o PDRSX atende, para quem participa do Comitê e do processo decisório, sobre a diversidade dele e esse resultado pode inferir, de tanta inabilitação, por conta dos vários tipos de organizações, sendo algo a se considerar no próximo edital. Sendo esta uma oportunidade de aprimorar em uma próxima oportunidade, mas reforçou que ficaria complicado para a Coordenação reverter uma decisão tomada em Plenária, já que a mesma teve tempo de discussão ao longo dos três ou quatro meses de discussão

de Edital para que esses pontos tivessem sido levantados e não foram, mas que a experiência tem muito a ensinar e que pode ser aprimorada.

Continuou sua fala reforçando que esse foi o resultado do período recursal e que logo que a decisão da Coordenação era tomada, os proponentes eram comunicados e que recentemente o Instituto foi autorizado a publicar todos essas decisões. Houve uma questão operacional, sendo necessária uma consultoria jurídica para que respaldasse essas decisões e que para publicar todos eles, se precisaria esperar o prazo final da submissão de recurso e a reunião desses documentos para que fossem publicados. Na oportunidade registrou que as informações se encontram disponíveis no site, especificamente sobre a documentação.

Outro ponto destacado pelo Sr. Thiago Carneiro para deliberação, Homologação dos Resumos de Projetos aprovados na Etapa I do Edital 2017 do PDRS Xingu, haja visto que o processo ainda não foi encerrado, precisando ser referendado no Comitê. Outras decisões que precisavam tomar eram sobre os recursos deferidos, lembrou que foram apenas 05, sendo um universo bem reduzido de julgamento de propostas que talvez não exijam tanto prazo, podendo o Comitê decidir manter o calendário atual. Diante do exposto, a sugestão da coordenação foi que os projetos sejam enviados novamente as Comissões Avaliadoras para julgamento como se fossem pela primeira vez, pois houve divergência entre as comissões sobre avaliar ou não esse projeto. Tendo casos de membros que se depararam com projetos inabilitados que resolveram não avaliar e outras pessoas entenderam que caberia recurso resolveram avaliar, como de fato foi aberto o prazo de recurso para questionamento disso e avaliaram, mesmo os projetos estando inabilitados.

O Sr. Thiago Carneiro disse que de qualquer maneira ficou uma situação meio assimétrica com relação a cada projeto, tendo projetos que foram avaliados pela totalidade das comissões e tiveram projetos que não foram avaliados por ninguém, por isso a decisão da Coordenação de submeter novamente esses projetos aos

membros da Comissão, e como são apenas 05, para manter o calendário atual se propõem as seguintes datas: 15/05 – Prazo para o julgamento das propostas com recursos deferidos quanto à documentação, sendo as Comissões acionadas para julgamento dessas propostas, podendo ser feita de maneira remota ou presencial; 17/05 – Prazo de submissão de recursos sobre a pontuação das propostas deferidas quanto à documentação; e 19/05 – Prazo de apreciação pela coordenação geral de recursos quanto à pontuação das propostas referidas no item anterior, com a publicação regularmente definitiva. A publicação parcial seria definida no referido dia 11 de maio, pelo fato dos projetos terem sido avaliados até o dia 10 de maio, conforme deliberado em calendário atual.

Ressaltou que nessas datas daria para manter o calendário atual e os proponentes que fossem contemplados com os recursos deferidos quanto a documentação, permanecessem no processo corrente de avaliação, sendo estas as medidas que a Coordenação tomou, e que estão ali para que a Plenária possa referendar essas posições. Em seguida abriu a palavra aos demais membros do Comitê que quisessem se manifestar sobre os assuntos expostos.

O Sr. André Villas-Bôas (Instituto Socioambiental - ISA) desejou bom dia a todos e informou que teria dois questionamentos, sendo o primeiro quantos aos recursos habilitados, se eles iriam retornar para votação para as Câmaras, e se essa votação será válida só para aqueles que não votaram ou mesmo aqueles que já votaram neles poderão novamente fazer seu voto, solicitando esclarecimento. O segundo foi sobre qual a quantidade de projetos que estão indo para a 2ª fase, qual o total desses projetos.

Em resposta ao segundo questionamento do Sr. André Villas-Bôas (ISA), o Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) informou que com relação aos projetos, devem-se considerar inicialmente esses 05 que ainda vão ser objetos de julgamento pelas Comissões, lembrando que as votações ocorreram até o dia anterior, 10 de maio, de projetos deferidos quanto à pontuação, e que o cálculo ainda está sendo finalizado, solicitando um pouco mais de tempo.

Colocou um ponto importante de como este cálculo está sendo feito. Citou que o Edital prevê a possibilidade da nota, após esse recurso, ser diminuída, medida que foi colocada como medida de risco da consideração de se colocar um recurso ou não.

Com relação ao primeiro questionamento do Sr. André Villas-Bôas, do julgamento das propostas, o Sr. Thiago Carneiro esclareceu que a intenção formal da Coordenação é que projeto seja avaliado novamente, em atenção aos membros da Comissão que já julgaram esses projetos e que queiram ter acesso ao resultado de seu julgamento e registrar a mesma nota, não tem problema algum, podendo solicitar ao Instituto Avaliação que irá disponibilizar as notas, até mesmo para rever a nota aplicada, ficando a critério de cada membro da Comissão que for formalmente designado para isso. Comunicou que a maioria das pessoas teve facilidade para fazer esse julgamento, sendo o sistema muito bem implantado.

A Sra. Maria Ivonete Coutinho (Universidade Federal do Pará - UFPA) solicitou a fala para expor que um dos maiores gargalos com relação a todos esses projetos, habilitados e inabilitados, não está somente nesses 05 projetos que irão voltar para reavaliação, mas em todos aqueles que foram inabilitados, logo tiveram “corte rasteiro” pela questão da documentação. Outra questão explanada pela Sra. Maria Ivonete foi sobre os projetos da UFPA, que eram projetos estruturantes com base nesse Plano de Desenvolvimento que fomenta a cidadania, a formação humana e social e que foram logo cortados, à priori, sem nenhum critério de avaliação. Destacou que o primeiro critério que fala da seleção e avaliação, não diz que o projeto seria desclassificado se não tivesse a documentação, somente no item 6 é que se fala que na 1ª etapa se exige os seguintes documentos “tais e tais”, mas não diz que sem esses documentos o projeto não vai para avaliação da Câmara Técnica, e que isso não está escrito no Edital.

Em seguida a Sra. Maria Ivonete (UFPA) fez breve comentário sobre os recursos, deixando clara a contestação da Universidade Federal do Pará com o processo de avaliação aplicado. Reforçou que não se pôde fazer um recurso quanto

ao mérito do projeto, sendo simplesmente de documentação sendo isso contraditório, uma vez que o primeiro método de avaliação é o mérito. Após demais exposições, realizou a leitura da resposta ao recurso dos projetos da UFPA, no qual a advogada diz: *“Ocorre que como visto Edital fornece um prazo para complementação da documentação, e a proponente fez seu pedido em 17 de abril, prazo pertinente para recurso, porém não para complementação de documentação até o dia 30 do março”*. Disse que este Edital teve um grande engessamento para Instituições que há tempos desenvolvem projetos com habilidade e seriedade, o que leva a questionamentos do propósito maior deste grande Fórum, que é um exercício de ética, de responsabilidade social e de aprendizado. E que à medida que se coloca esse engessamento, por conta de uma documentação que foi complementada, citando o caso da UFPA que teve que pagar R\$ 79 mil de certidões para que pudessem certificar a participação e mesmo assim não foram validados, é contraditório um objeto maior deste grande Fórum, deste PDRSX que é um desenvolvimento social. Reforçou a contestação, solicitando que fosse reconsiderada essa questão da documentação e que esses projetos fossem deferidos para análise, assim como os outros, conforme Carta de Protesto e Contestação entregue (Anexo 3).

O Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) agradeceu a fala da Sra. Maria Ivonete e perguntou se mais alguém teria alguma consideração. Sem manifestos, o Sr. Thiago solicitou a deliberação dos membros sobre o 1º Ponto: Homologação do procedimento de análise de recurso quanto à habilitação de projetos.

Antes que houvesse a deliberação, o Sr. João Batista (FVPP), reforçou a fala da Sra. Maria Ivonete, de que não tinha período recursal no processo e que a fundação fez um apelo a Coordenação Geral, em nome das Instituições que achavam que caberia recurso. O Sr. João Batista disse que o recurso chegou, mas que o mesmo foi “brecado”, sendo analisado levando-se em consideração a questão do prazo hábil, de três dias, prejudicando assim algumas instituições. Comunicou que um grupo de Instituições que se sentiram extremamente prejudicadas se

reuniram para analisar os riscos e que já haviam decidido coletivamente que iriam entrar com Mandato de Segurança em relação a esse processo, que envolve todas às prefeituras, a Universidade Federal do Pará, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento - CIDS, o Sindicato Hoteleiros de Altamira - SINHOAL, a Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP e demais instituições. Informou que as instituições decidiram coletivamente em elaborar um documento para fazer uma última apelação ao Plenário do PDRSX, que é a instância que é soberana para essa deliberação. Solicitando que fosse colocado em votação, antes mesmo da homologação do resultado final desse processo. Esclareceu que em seu entendimento, o Edital “exagerou na dose” em algumas questões, e que o acolhimento da apelação feita por essas instituições não irá causar prejuízo legal, moral e nem vai colocar em cheque o próprio PDRS Xingu e nem mesmo o Edital. Na oportunidade repassou ao Sr. Thiago Carneio o documento com a solicitação (Anexo 4), para que o membros da Coordenação analisem. Em seguida fez a leitura do documento que solicita o deferimento dos recursos das instituições assinantes da solicitação.

Diante da solicitação o Sr. Samuel Menezes (Ministério da Integração Nacional – MI) demonstrou-se contrário, dizendo que enquanto membro do Governo Federal iria colocar uma observação e que a mesma fosse anota pela mesa. Comunicou que caso seja aceita a solicitação, o mesmo entrará com um processo na Advocacia Geral da União - AGU e na Controladoria Geral da União - CGU, para que o CGDEX e o PDRS Xingu paguem todos os honorários de suas passagens, de seu trabalho e todas as suas diárias para o Tesouro Nacional. Explicou que sua posição ocorre pelo fato de ser membro do Governo Federal, estando presente em todas as reuniões do CGDEX a respeito do Edital, na qual foi aprovado pelo Comitê Gestor presente, 30 membros, estando em andamento e já tendo projetos na Etapa 1. Em seguida sugeriu que as empresas que foram deferidas, conforme exigido em edital entrem com recurso, que as mesmas terão direito a indenização de advogado, de empresa e por todo projeto elaborado, disse que é uma orientação e que seria causa ganha, sendo o mesmo especialista nessa área. Reforçou que as empresas

entre com uma ação em conjunto, caso a solicitação feita pelas instituições indeferidas seja aceita, se colocando a disposição das empresas habilitadas.

A Sra. Maria Augusta Neta (Sindicato Rural de Altamira - SIRALTA e representante da Federação de Agricultura dos 10 municípios) informou que como membro do CGDEX foi consultada pelos 08 Sindicatos de Produtores Rurais desses municípios para que auxiliasse na participação do Edital e que a mesma perguntou como essas instituições estavam com relação as suas Certidões, haja vista que o Edital 2017 havia mudado. Os representantes desses Sindicatos realizaram um levantamento e dois deles repassaram a Sra. Augusta que infelizmente não haviam conseguido as certidões, inclusive certidões com prefeitura. Sendo sugerido por ela que os mesmo não se desgastassem já que não iriam ter toda a documentação exigida. Em seguida questionou o que ela irá responder à seus companheiros, caso a solicitação seja aceita. Concordou com a fala do Sr. Samuel (MI), de que não irá compartilhar com o que é errado.

Em seguida a Sra. Maria da Guia Galbiati (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira - SINTICMA) pediu a fala e discordou com o documento lido pelo Sr. João Batista (FVPP), pediu desculpas e direcionou suas palavras ao Prefeito Rosibergue Campos (CBM) que é representante das prefeituras, disse que se dependesse de prefeitura o Sindicato não teria conseguido a certidão. Informou que se emocionou durante reunião ocorrida no instituto Avaliação, com a Coordenação, porque o Sindicato sabe o caminho que percorreu para conseguir a habilitação de seu projeto. Citou que muitas outras entidades se esforçaram para habilitar seus projetos. Disse não achar justa a solicitação de não exigência das certidões para as prefeituras. Comunicou que dentro da Câmara Técnica que faz parte, quando a Comissão Avaliadora via que os projetos não tinham suas certidões, a mesma avaliava e fazia recomendações pelo mérito do projeto, porque eram projetos estruturantes e os avaliadores sabiam que eram projetos bons. Mas pôr em votação a anulação do Edital ou abrir mão de certidões para as prefeituras e algo que não se pode aceitar. Recuar em um trabalho em que se vem trabalhando há tempos, de discussão do Edital, e agora “jogar tudo por terra”. Reforçou que parar o processo

por conta disso é penalizar as entidades que cumpriram seu papel para serem habilitadas.

A Sra. Poliana Correa (Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura - SDI) lembrou que existe uma 2ª etapa, sendo esta ainda mais rigorosa, por ser uma parte na qual deve vir toda uma qualificação técnica e financeira. Disse que não se pode corrigir um erro com outro, que entende que todos estão em uma situação complicada e que ninguém quer prejudicar instituições e nem desqualificar o trabalho realizado por elas, e nem o trabalho feito pelos membros, se referindo ao Edital. Falou que não acredita que o Edital tenha sido rigoroso por demais. Informou que os documentos foram os mesmos exigidos em outros Editais, deixando claro que tem coisas para serem corrigidas, mas que é preciso rever isso para uma próxima discussão de Editais. Reforçou que não se pode corrigir um erro cometendo outros. Comentou que não consegue imaginar como Associações Indígenas que nunca haviam participado do PDRSX estão qualificadas, não faltando com nenhum documento. Em seguida questionou como instituições que estão caminhando há anos no PDRS não possuem documentação. Disse não achar necessário seguir para extremos nem de um lado e nem e outro, e caso isso ocorra, realmente o PDRSX irá parar.

Nesse momento a Sra. Antônia Martins (FVPP) demonstrou contrariedade a exposição da Sra. Poliana Correa (SDI).

O Sr. Almir Uchôa (EMATER) disse que após dados repassados em reunião do dia anterior e do dia 11, gostaria de fazer alguns esclarecer e que após uma informação repassada pelo Instituto Avaliação, informou que apenas 19% das instituições ficaram fora do Edital por conta de documentação, ou seja, 81% das instituições foram avaliadas e estão habilitadas. Os 19% das instituições que ficaram fora, juntos, colocaram 42 projetos e que as outras 81% colocaram apenas 52 projetos, sendo este o motivo pelo grande número de projetos inabilitados. Fez questão de informar que participou das avaliações em substituição a Sra. Maria Amélia (SECTET) que não pôde participar, e que o prefeito Rosibergue Campos

(CBM) não pôde participar, mas que também não mandou um adjunto para lhe substituir nos dias da votação, continuou dizendo que na avaliação da FVPP o Sr. João Batista (FVPP) encaminhou o Sr. Rainério Meireles (Conselho de Bairros e Entidades do Município de Altamira - CONBEMAT) que não é adjunto da Sociedade Civil. Após demais colocações o mesmo agradeceu a oportunidade.

O Sr. Rainério Meireles (CONBEMAT) pediu uma questão de encaminhamento, justamente para se esclarecer se o que está sendo discutido seria para deliberar sobre a Homologação do procedimento de análise de recurso quanto à habilitação de projetos, ou se a solicitação colocada pelo Sr. João Batista (FVPP) seria colocada para votação. Comentou que é a forma de como as coisas são colocadas que acabam dando problema. Devendo ser encaminhado se será votado o que foi colocado pelo Sr. João Batista ou se será discutido o que está na pauta.

Diante da fala do Sr. Rainério, o Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) propôs que o documento entregue pelo Sr. João Batista seja incluído na pauta, separadamente, informando que o teor do documento acaba indo contra a pauta estabelecida, sugerindo que seja considerada a pauta estabelecida há algum tempo e caso as sugestões não sejam referendadas, o documento poderá ser considerado como a título de discussão de pauta para que soluções sejam encontradas, caso o processo sugerido pela Coordenação não seja referendado pelo Comitê. Pediu a concordância dos demais membros, os mesmos aceitaram.

Sobre o processo de julgamento dos recursos quanto à documentação, diante do que foi esclarecido, o Sr. Thiago Carneiro consultou os membros do Comitê, os que estavam de acordo com a manutenção do que a Coordenação propôs, se manifestassem.

Deliberação: Com 14 votos a favor, será feito o julgamento dos recursos aprovados quanto à documentação.

Diante da aprovação, o Sr. Thiago registrou que o documento entregue pelo Sr. João Batista foi desconsiderado, por conter teor contraditório a uma decisão tomada pela maioria dos membros, ficando superado. O Sr. Rainério Meireles (CONBEMAT) questionou dizendo que essa decisão não estava clara. O Sr. Thiago Carneiro disse que havia acabado de consultar o Comitê de como seria essa decisão.

O Sr. Rosibergue Campos (CBM) questionou que a forma que está sendo julgado não está sendo justo, que eles têm documentos mostrando que houveram Associações que não apresentaram as certidões e foram habilitadas. Projetos que ficaram em primeiro lugar e que não apresentaram certidão, sendo necessária a verificação. Em relação às últimas reuniões de avaliação, disse que na primeira reunião foi informado em cima da hora e que estava em um encontro em Brasília, juntamente com seu suplente, sendo avisado um dia antes que haveria reunião em Altamira. Na segunda reunião compareceu no dia marcado, mas transferiram para o dia seguinte. Sendo esses os motivos pelos quais não participou das duas últimas reuniões gerais. Falou que essa é uma questão que precisa ser revista, porque ser avisado em cima da hora não dá. Com relação à votação, disse que o Sr. Thiago Carneiro não havia deixado claro, que é necessário ser bem transparente no que se faz. Citando o CBM como exemplo, dizendo duvidar qual Associação teria coragem de entrar com processo contra sua própria entidade, e que eles fizeram, que o Consórcio Belo Monte entrou na justiça contra todas as prefeituras que não prestaram contas de forma correta do recurso que recebeu, inclusive Porto de Moz. O Rosibergue Campos disse que é preciso rever esse Edital, citando como uma justificativa a não habilitação dos projetos apresentados na Câmara Técnica de Saúde, onde mais de 400 mil pessoas estão sendo prejudicadas. Reforçando a necessidade de rever essa situação.

Para questão de encaminhamento o Sr. Rainério Meireles (CONBEMAT) falou que em sua opinião o documento nem deveria ser referendado nesse ponto, mas sim no ponto que se trata da homologação da etapa 1 do Edital 2017, procedimentos de análise de recurso quanto a habilitação dos documentos.

Em relação a informação repassada pelo prefeito Rosibergue Campos, a Sra. Sandra Xavier (IA) informou que o Sr. Marcelo Salazar (ISA), Coordenador Adjunto da Câmara Técnica 6. Comunicou que o que coube ao Instituto Avaliação na análise preliminar documental era fazer um cara crachá, entregou não entregou, entregou positiva, entregou negativa e encaminhar a Câmara Técnica. Na questão da votação desses projetos a CT6 solicitou do IA para responder como proceder diante das Atas vencidas, Atas não reconhecidas ou Atas que não estivessem devidamente no tempo de registro. Informou que no edital é bem claro, Ata simples e que o IA cumpriu o Edital, porque no rodapé do edital diz que documentos devidamente reconhecidos em Cartório serão exigidos somente após os projetos serem aprovados e homologação para contratação. Antes de passar a palavra ao Sr. Marcelo Salazar, informou que a deliberação sobre o assunto foi repassada a quem é de direito e que a Câmara Técnica, sendo opção da CT avaliar os projetos. O Sr. Marcelo tomou a fala e informou que a Câmara Técnica fez essa avaliação, sendo colocada a situação para todos os membros, também realizaram a leitura do Edital em conjunto e a Câmara interpretou que a Ata foi recebida e o projeto foi votado. E que essa foi a interpretação de todos os membros no momento.

A Sra. Gracinda Magalhães (Movimento de Mulheres Trabalhadoras e Altamira Campos e Cidade - MMTACC) iniciou sua fala informou que seu trabalho dentro do PDRSX é voluntário e sua atuação na Câmara Técnica de Saúde tem apenas um motivo, a estruturação do Sistema Único de Saúde – SUS, disse que desenvolvimento sustentável sem saúde não é alcançado. Citou seus 5 anos de trabalho no PDRSX, reforçando que seu trabalho é voluntário e que não tem essa história de ganhar dinheiro para fazer projeto, se dedicando a realizar o acompanhamento dos projetos e a prioridade é que se escute e conheça sobre a necessidade da população.

A Sra. Gracinda Magalhães deu continuidade falando que a Câmara Técnica de Saúde trabalha de forma diferente, que nos dias 21 e 22 de março fizeram uma reunião na qual se elencou as prioridades até chegarem a um acordo de divisão do recurso, dentro do seu Planejamento Estratégico e dentro do menor recurso que

estava liberado, sendo da CT de Saúde a Câmara que recebeu o menor recurso. Ressaltou que elencaram as prioridades, onde houveram Altamira, Anapu e vários outros retirando projetos para que pudesse ser possível o cumprimento das prioridades com o recurso disponível. Diante disso foram surpreendidos quando viram que todos os projetos da Câmara Técnica de Saúde estavam fora, não havendo nenhum projeto aprovado na área da saúde, pela questão da certidão negativa trabalhista da Receita Federal, e ao que todos sabem em 2014 o Governo Federal atrelou a Certidão Negativa do INSS a da Receita Federal, e que em 2014 e 2015 foi discutido no PDRSX sobre as dificuldades que o país estava atravessando e que os municípios tinham que renegociar dívidas que tinham a mais de 10 anos, sendo liberado para a questão da saúde. Observou que há necessidade de uma melhor condução do processo de avaliação da CT de Saúde, devido aos critérios adotados para durante a Etapa1.

A Sra. Gracinda Magalhães Informou que os membros da CT de Saúde realizaram uma reunião da Coordenação, em conjunto com a Sociedade Civil e outras Câmaras Técnicas que também se ressentiram com as decisões implementadas até aquele momento. Diante disso a Coordenação liberou para que a CT de Saúde avaliasse os projetos. Informou que a Comissão avaliou toda a parte documental e também o mérito de cada projeto e pontuaram. Disse que foi atrás de saber o motivo das certidões negativas de débito da Receita e disse que é por conta do INSS, e que o Brasil inteiro sabe das dificuldades que enfrenta, como é exposto todos os dias nos jornais. Tanto que em 2009 foi baixado uma medida provisória que anistiava as prefeituras para a questão de projetos, Medida Provisória 457, que depois se transformou na Lei nº 11.960 que diz que os municípios em débito com o INSS podem propor projetos sociais junto ao Governo Federal e em qualquer instância, desde que ele seja menor de 50 mil habitantes ou impactado por Obras.

Segundo a Sra. Gracinda Magalhães, os membros foram surpreendidos novamente com a forma que a Coordenação Geral permitiu a resposta aos recursos da CT de Saúde. De acordo com o Edital quem deveria decidir seria a CG com a presença de um membro da Câmara Técnica, questionando porque nunca foi

chamada. No entanto, quem respondeu aos recursos foi a advogada Aline Rodrigue, referindo os nomes do Sr. Almir Uchôa e do Sr. Thiago Carneiro. Disse ainda que a advogada cita que o projeto foi recusado, e que citou a Lei nº 8.666 sendo que em nenhum momento isso aparece no Edital, uma vez que isso ainda não é um processo de licitação e que também fala de pregão, em seguida realizou a leitura do parecer do recurso entregue, ressaltou que esse ano a Câmara Técnica vai ficar de fora de projetos sendo que lutou tanto. Explanou sobre os danos que isso irá causar a população, pois grande parte vem sendo assistida por conta de projetos apoiados pelo PDRSX. Reiterou que dentro da legalidade as Secretarias Municipais de Saúde, os Fundos Municipais de Saúde e as Prefeituras estavam isentos de apresentar Certidão Negativa de Débito no caso da Receita Federal que o INSS está atrelado.

A Sra. Gracinda Magalhães questionou a Coordenação Geral sobre o Plano B para a questão de Saúde. Em seguida entregou uma documentação a Sra. Maria Amélia sobre os Regramentos do SUS que devem ser respeitados e também um documento que fala sobre a questão da Regionalização. Em seguida comunicou que a Comissão Intergestores Regional - SUSAM, que é a Comissão que delibera sobre a Saúde também emitiu um documento que até o final da Reunião será entregue a Coordenação Geral. Questionou novamente a Coordenação sobre o Plano B para a questão de Saúde, comunicou que a Sociedade Civil da área da Saúde já decidiu que irá entrar com recurso para Judicializar essa questão. Manifestou preocupação que esse ano a Câmara Técnica de Saúde fique de fora de projetos, sendo que os mesmos lutaram tanto, para tentar garantir vidas, bastando olhar o conteúdo e o mérito de cada projeto que foi apresentado.

O Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) esclareceu que a resposta foi registrada em comum acordo entre os membros da Coordenação Geral que participaram desse processo, ressaltando que apenas o documento não foi devidamente assinado. Em seguida o Sr. Almir Uchôa (EMATER) se posicionou, disse que a CG deveria ter conduzido esse processo de outra maneira, que as Instituições deveriam ter procurado a CG e a mesma levado as solicitações para serem discutidos em Plenária para saber se aceitariam passar ou

não esses projetos sem documentação, e não tentar desqualificar o Edital e a votação feita pela CG. Informou que foi solicitado ao Instituto Avaliação a que contratasse uma Advogada para auxiliar, reforçando que estava ciente do parecer citado. Solicitou que a Dra. Aline explicasse o porquê essa decisão foi tomada. Pediu que as pessoas ponderassem suas críticas ao trabalho que foi feito, porque isso nunca havia acontecido antes.

A título de esclarecimento, o Sr. Thiago Carneiro, disse que com relação a consulta aos membros da Comissão, relativas as Câmaras Técnicas nesse processo de avaliação de recursos para documentação, é uma prerrogativa do Edital que os membros da Coordenação decidiriam se cabe ou não chamar um membro da CT para que pudessem auxiliar na decisão. A respeito da CT de Saúde, informou que a Coordenação da Câmara foi ouvida e que tiveram o apoio da Sra. Mariana (MS) no sentido de auxiliar a CG sobre as considerações das questões documentais, reforçando que houve essa participação no processo de recurso documental. Em seguida passou a palavra a Dra. Aline, que fez uma breve apresentação de sua formação.

Dando continuidade aos esclarecimentos, a Dra. Aline citou o item 3.4. no qual diz que a Etapa 1 terá caráter eliminatório e o item 6.8 que descreve quais documentações seriam exigidas nessa etapa. Explicou que se etapa 1 terá caráter eliminatório, logo a não apresentação desses documentos acarreta na eliminação da proposta, salva algumas instituições e fundações são isentas de algumas documentações, mas no caso questionado eles são exigidos. Reforçou que os Fundos Municipais de Saúde deveriam ter apresentado toda a documentação exigida no Edital, e que até mesmo para o recebimento de outros recursos, esses Fundos precisam estar em dia com suas certidões, não sendo possível a aceitação do recurso se a documentação estava irregular. Disse que buscou se atentar no Edital, uma vez que o mesmo deve ser seguido e cumprido.

O Sr. Rosibergue Campos (CBM) questionou a Dra. Aline de como uma Associação que não entregou a certidão de FGTS foi classificada com 98%.

Ressaltando os projetos da Câmara Técnica de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais – CT6, que segundo ele foram aprovados com Atas de diretorias passadas.

Em atenção ao questionamento a Sra. Sandra Xavier (IA) informou ao prefeito que ele estava trabalhando em cima de um resumo de projeto que é anexado a página do projeto no sistema de votação, que todo documento entregue ao Instituto Avaliação foi scaneado e colocado no sistema, em seguida disse que iria pedir para verificar o documento no sistema online. Explicou que conforme o Edital, os proponentes que não apresentassem todas as documentações, o Instituto teria três dias para solicitar, podendo ter ocorrido de o documento ter sido entregue e a atualização incorpora aos demais documentos e não ter sido feita a alteração no parecer. Reforçou que as documentações dos projetos foram avaliadas pelas Comissões julgadoras para realizar as votações, e se o projeto foi votado é porque o documento estava no sistema.

O Sr. Rosibergue Campos disse que estava se baseando em documento fornecido pelo próprio Instituto. Ressaltando que três não representavam legalmente as Associações, por conta de suas Atas vencidas e o outro não realizou a entrega do FGTS, sendo projetos que ficaram em 1º e 2º lugar na votação. Disse que é necessário a atualização do documento, reforçando que este havia sido fornecido ao Instituto. Informou que os recursos foram julgados apenas pelos representantes do Governo Federal e Estadual, e solicitou demais esclarecimentos sobre a avaliação dos projetos citados.

Para questão de ordem o Sr. Thiago Carneiro informou que todos os esclarecimentos solicitados pelo prefeito sobre esses casos específico, poderão ser disponibilizados, que esse tipo de questionamento sobre a lisura do processo é cabível para qualquer parte que se sentir interessada, mas é importante ressaltar que aquele não era o Fórum específico para tratar desses assuntos. Caso tenha tido alguma conduta nesse sentido, ela pode ser questionada administrativamente no Poder Judiciário.

A Sra. Gracinda Magalhães (MMTACC), cobrou um posicionamento da CG para encaminhamentos sobre a CT de Saúde. Disse que um membro da Comissão deveria ter sido chamado para conversar com a advogada, mas que nenhum membro foi chamado. Solicitou que a Comissão julgadora sente com a CG e a advogada, está manifestando-se apenas quando houvesse a necessidade de esclarecimentos legais, por ela não compõe a CG. Reforçou que ser ouvida pela Coordenação Geral.

A Sra. Maria Amélia (SECTET) falou que é muito pertinente tudo o que está sendo colocado, mas que deveriam ter sido colocadas anteriormente. Disse que a questão da documentação é crítica e não é apenas um entrave burocrático, existindo uma lógica por trás das exigências da documentação, pois se um proponente não tem condição de obter uma documentação: Será que ele vai ter condição de executar aquilo que ele está se propondo? Informou que os proponente não prestaram conta corretamente, e que tudo que está sendo discutido não é mais adequando para o momento, e caso volte a discutir essas questões, isso trará uma enorme insegurança jurídica para quem cumpriu corretamente o Edital e para quem está tomando decisões, até mesmo para o Instituto Avaliação. Deixou como reflexão que muitas coisas discutidas são pertinentes, mas que o momento passou. Sendo uma experiência para o próximo Edital.

3) Homologação da Etapa 1 do Edital, procedimentos de análise de recursos quanto à habilitação dos documentos

Após demais considerações, o Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) informou que deveriam concluir os pontos de pauta e cumprir as deliberações. Sendo necessário decidir qual o prazo que será dado aos recursos deferidos.

Antes da deliberação a Sra. Antônia Martins (FVPP), fez breve comentário sobre a atuação da Fundação e que a mesma está sendo injustiçada, pois entregou documentações além das que eram solicitadas no Edital. Justificou que uma das

certidões aparece positiva porque a Norte Energia em 2015 colocou um processo contra a Fundação, ocasionado por uma luta feita pela FVPP para que o Programa Terra Legal não parasse. Disse que o IA e nem a CG quis considerar a informação, mas para quem faz luta, faz sem ou com recurso.

O Sra. Rainério Meireles (CONBEMAT) fez breve explanação sobre o Edital e ressaltou que não estava escrito de forma clara a eliminação do projeto por conta da documentação.

O Sr. Thiago Carneiro reforçou que deveriam partir para as deliberações. Sendo necessário votar no calendário referente aos projetos deferidos quanto a documentação. Pediu a manifestação dos membros.

Deliberação: Com 16 votos a favor o calendário foi aprovado: 15/05 - Prazo para o julgamento das propostas com recursos deferidos quanto à documentação; 17/05 – Prazo de submissão de recursos sobre a pontuação das propostas deferidas quanto à documentação; e 19/05 – Prazo de apreciação pela coordenação geral de recursos quanto à pontuação das propostas referidas no item anterior.

4) Edital 2017

O Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República), destacou que a Resolução que mantém os recursos para as Câmaras Técnicas estarão mantidos, citou a Câmara Técnica de Saúde, a qual não teve projetos aprovados e que todo o recurso estará reservado para o próximo edital, mais o valor que será aprovado para o edital subsequente.

O Sr. Rosibergue Campos (CBM), se absterá de votar nos projetos que tiveram os recursos de documentação deferidos, enquanto não for esclarecido sobre a denúncia que foi feita por ele nesta plenária.

O Sr. Marconio Paiva (IA) se pronunciou em relação a denúncia feita pelo Sr. Rosibergue Campos, destacou que a associação em questão apresentou recursos para oito projetos que apresentaram pontuações altas, e que um dos recursos solicitou a troca dos dois avaliadores, informando que os mesmos pontuaram

projetos com a nota máxima para todos os projetos. Ressaltou ainda que todos os avaliadores receberam senhas para avaliar os projetos, somente o coordenador da câmara técnica poderia fazer a troca, em relação a Ata informou que a mesma passou pela avaliação do coordenador da Câmara Técnica.

O Sr. Rosibergue Torres Campos, questionou sobre a documentação apresentada pelo proponente e não a pontuação recebida. O Sr. Samuel Menezes (MI), se pronunciou em relação a discussão, propondo que a documentação em questão seja encaminhada para os membros avaliadores da Câmara Técnica, para que os mesmos avaliem a documentação se os documentos estão de acordo ou não com o Edital.

O Sr. André Villas-Bôas (ISA), solicitou que as instituições que não tiveram seus projetos aprovados não judicializem no sentido de anular o edital, uma vez que terá uma longa paralização no processo, que seja agilizado o processo para início do próximo edital, inclusive com reuniões extraordinárias.

O Sr. Alexandre Lunelli (Prefeito de Brasil Novo) fez o uso da palavra para questionar os pontos negativos apresentados no edital, citou os prejuízos que a anulação do edital poderia trazer, prosseguindo em sua fala destacou a necessidade de apuração das denúncias apresentadas, e que os responsáveis sejam penalizados. Demonstrou sua preocupação no sentido de continuidade dos projetos quando o recurso do PDRSX não estiver mais disponível. Propôs que o restante do recurso do PDRSX seja aplicado em fundo para utilizar os rendimentos nos projetos anuais sem utilizar o capital, com isso o recurso seria suficiente para atender a região por mais anos além do previsto.

A Sra. Gracinda Magalhães (MMTACC) se manifestou no sentido de que estará entrando com medida cautelar em relação aos futuros prejuízos que serão causados a população devido a não aprovação dos projetos da Câmara Técnica de Saúde.

O Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) deu continuidade citando o calendário da Etapa 2 do edital, no qual as comissões julgadoras das câmaras técnicas terão do dia 26/05/2017 à 22/06/2017 para julgarem

as propostas. O Sr. Thiago propôs que até o dia 29/05/2017 seja apresentada a versão de discussão do novo edital para as câmaras técnicas para deliberação, para posteriormente ser apresentada na reunião extraordinária do CGDEX que será realizada dia 22/06/2017.

Deliberação: Proposta apresentada para votação dos membros presentes, onde 19 (dezenove) membros votaram favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, ficando aprovado o calendário com as datas das reuniões acima citadas.

O Sr. Thiago Carneiro prosseguiu sobre a constituição de um grupo de trabalho para debater sobre o novo edital e posteriormente ser apresentado no dia 29/05/2017 para as câmaras técnicas a versão de discussão, em seguida o grupo compilaria as contribuições das câmaras técnicas para apresentação na reunião extraordinária do CGDEX que será realizada dia 22/06/2017.

Deliberação: Após consenso dos membros o grupo de trabalho será composta pelos seguintes membros:

GOVERNO FEDERAL	
TITULAR	SUPLENTE
Poliana Marcolino Correa Secretaria de desenvolvimento e Infraestrutura – SDI	Luiz Paulo de Oliveira Silva Ministério da Integração - MI
GOVERNO ESTADUAL	
TITULAR	SUPLENTE
Almir de Vasconcelos Uchoa EMATER – Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Estado do Pará	Viviane Carla de Oliveira Gama SEMAS – Secretaria de Meio Ambiente
PREFEITURAS	
TITULAR	SUPLENTE
Alexandre Lunelli Prefeito de Brasil Novo	Dirceu Biancardi Prefeito de Senador José Porfírio
SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE
Rainério Meireles Conselho de Bairros e Entidades do município de Altamira – CONBEMAT	Maria Ivonete Coutinho Da Silva Universidade Federal do Pará - UFPA
Lucimar Souza (Instituto de Pesquisa da Amazônia - IPAM)	Maria Aparecida Brandão Monte FVPP
Carolina P. Reis ISA - Instituto Sócio Ambiental	Maria Augusta da Silva Neta SIRALTA – Sindicato Rural de Altamira

5) Contrato com a Gestora do PDRS Xingu

O Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) prosseguiu com a discussão, informando que o contrato atual com o Instituto Avaliação está finalizando e na impossibilidade de aguardar uma nova reunião do CGDEX a Norte Energia solicitou que o assunto fosse debatido nesta plenária. Destacou que houve um incremento de serviços no novo contrato com o Instituto Avaliação, que ultrapassou os 25% do valor do contrato atual, impossibilitando a Norte Energia de prosseguir com a renovação simplesmente, sendo necessário a elaboração de um novo contrato, neste sentido a importância do posicionamento do Comitê Gestor do PDRSX em relação ao assunto.

O Sr. José Filho (Norte Energia S/A), deu prosseguimento pontuando sobre a contratação do Instituto Avaliação no ano passado, dentre muitos questionamentos, destacou que o prazo foi bastante curto para a abertura de ampla concorrência para empresas interessadas na gestão do PDRSX, o Instituto Avaliação apresentou a melhor proposta e contratada para a gestão do PDRSX, citou que em uma das reuniões realizadas no ano passado havia sido acordado com o Comitê Gestor do PDRSX que o grupo de trabalho para a elaboração de um novo modelo definitivo de gestão do plano, estaria dentro dos 12 (doze) meses de vigência do contrato do Instituto Avaliação, elaborando um plano de gestão ou Termo de Referência para ser apresentado em dezembro de 2016. Destacou que neste ano a Norte Energia aguardou o posicionamento do Comitê Gestor do PDRSX ou da Coordenação Geral em relação ao novo contrato de gestão, porém não houve nenhuma manifestação.

O Sr. José Filho destacou que durante diversas reuniões com a Coordenação Geral, foi exposta a situação contratual do Instituto Avaliação, ressaltou que o valor disponibilizado para a gestão do PDRSX foi de R\$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil), e que Coordenação Geral já havia sinalizado para a renovação do contrato do Instituto Avaliação, porém foi pactuado que o Instituto Avaliação deveria apresentar proposta técnica e financeira para avaliação e validação dos membros do Comitê Gestor do PDRSX e conseqüentemente a validação do próprio empreendedor que faz a contratação, ou seja a Norte Energia. Informou que

houveram mudanças na linha de atuação do Instituto Avaliação, passando de 03 (três) para 5 (cinco) linhas de atuação. Com a alteração do objeto de trabalho não foi possível um aditivo, e sim um novo contrato. Informou que a Norte Energia aguardou um posicionamento da Coordenação Geral, é o Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) encaminhou ofício com posicionamento favorável a renovação do contrato.

O Sr. José Filho enfatizou que desde o ano de 2013 aguarda-se um modelo de gestão definitiva, que até o momento não foi apresentado, diante deste impasse a Norte Energia é gestora do PDRSX sendo necessário a continuidade do processo. Destacou que após reunião com a Coordenação Geral ficou acordado que neste novo contrato com o Instituto Avaliação deveria ser contemplado um monitoramento “*in loco*” dos projetos, incluindo um levantamento de todos os bens que já foram doados pelo PDRSX, outro ponto seria a contemplação de um plano de comunicação, onde a contratada apresentaria este plano de comunicação e divulgação dos projetos do PDRSX e apoio ao grupo de trabalho que deverá desenvolver um novo modelo de gestão própria do PDRSX. Ressaltou que nesta nova proposta do Instituto Avaliação todas estas atividades serão contempladas. Em seguida apresentou o comparativo dos valores dos contratos que já foram celebrados pela Norte Energia e o valor do novo contrato apresentado pelo Instituto Avaliação.

VALORES CONTRATADOS PARA GESTÃO DO PDRSX					
Vigência	Contratada	Valor	Aditivo	Linhas de Ação	Total
2014/2015	PM 21	R\$ 4.408.000,00	-	03	R\$ 4.408.000,00
2015/2016	PM 21	R\$ 4.899.000,00	R\$ 1.224.750,00	03	R\$ 6.123.750,00
2016/2017	Instituto Avaliação	R\$ 3.550.000,00	-	03	R\$ 3.550.000,00
2017/2018	Instituto Avaliação	R\$ 4.663.994,92	-	05	R\$ 4.663.994,92

O Sr. José Filho (NESA) informou que o valor previsto para o novo contrato do Instituto Avaliação foi apresentado para a Coordenação Geral e não foi

apresentada nenhuma opinião contrária a continuidade do contrato. Citou que a presidência da Norte Energia em reunião em Brasília/DF com os prefeitos, representantes do Consórcio Belo Monte, Ministro do Estado e presidente do IBAMA já havia se posicionado favorável a celebração do contrato com o Instituto Avaliação. Enfatizou que a Norte Energia na figura de contratante, não teve nenhuma reclamação formal por parte de nenhum proponente ou membros da Coordenação Geral em relação a contratada durante o período de vigência do contrato. Desta forma, salientou que a Norte Energia não possui nenhum motivo para não celebrar o contrato de gestão do PDRSX com o Instituto Avaliação. Comunicou que este será o último contrato que será gerido pela Norte Energia.

A Sra. Maria Amélia (SECTET) solicitou esclarecimentos sobre quais linhas de ações que foram contratadas anteriormente e quais as linhas de ações que seriam acrescentadas no novo contrato.

O Sr. Guilherme Abdala (IA) esclareceu que no contrato anterior estava previsto as atividades de 3 (três) linhas de ações: Suporte à Secretaria Executiva; Contratações e Acompanhamentos de Projetos e Gestão Financeira. Em cada linha de ação diversas atividades são elencadas, ou seja, todas as atividades que já haviam sendo desenvolvidas pela gestora antecedente. Segundo o Sr. Guilherme existe a necessidade de uma maior reorganização dos documentos dos projetos, visto que o sistema já está sendo operacionalizado, e todas as informações serão disponibilizadas para acesso. Destacou a necessidade de um apoio jurídico para equacionar os problemas de judicialização e um novo modelo de gestão. Destacando a inclusão no novo contrato um monitoramento eficiente em relação a gestão dos projetos.

O Sr. André Villas-Bôas (ISA), posicionou-se a favor da continuidade do contrato com o Instituto Avaliação, porém solicitou uma maior transparência no processo, onde qualquer membro do Comitê Gestor poderá solicitar qualquer informação sobre o PDRSX ou qualquer projeto em qualquer tempo, sem a necessidade de consultar a Coordenação Geral e que o mesmo deve ser para os coordenadores de suas respectivas Câmaras Técnicas.

O Sr. Rosibergue Campos (CBM) questionou sobre a forma de como o processo para contratar a nova gestora do PDRSX foi realizado. Uma assembleia com o Consórcio Belo Monte, onde foi elaborada uma proposta de gestão do PDRSX, apresentada em Brasília/DF para o presidente da Norte Energia, presidente do IBAMA, Ministro de Minas e Energia, Ministro da Integração, Ministro da Casa Civil, Ministro do Meio Ambiente e Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão, manifesta-se contrário a forma de como está sendo realizada a gestão do PDRSX.

A Sra. Poliana Correa (SDI) mostrou-se favorável em relação ao valor da proposta e da ampliação da linha de atuação do novo contrato, entretanto solicitou que a gestora deva estar à disposição do PDRSX, sendo necessário a apresentação de um plano de trabalho, simplificação dos relatórios de monitoramento e que seja verificado a forma como estão sendo geridas as informações, uma vez que em breve ocorrerá uma transição entre gestoras.

A Sra. Sandra Xavier (IA) informou que após o Instituto Avaliação assumir a gestão do PDRSX verificou-se um grande desafio, pois não existia memória do PDRSX posta em papel ou de forma digital dificultando a execução da gestão. Em relação ao monitoramento dos projetos, citou o trabalho realizado pela Câmara Técnica de Saúde que acompanha *"in loco"* os projetos, destacou a necessidade de uma consultoria jurídica para o PDRSX, devidos as várias inconsistências encontradas na gestão atual, não por culpa do proponente, Coordenação Geral ou das gestoras, mas sim devido ao atual modelo de gestão arcaico. Destacou que todos os documentos de todos os 279 projetos estão sendo autuados, onde foi constatado que uma grande maioria dos projetos estavam com documentação pendente. Informou que desses 279 projetos: 44 estão com status de finalizado, porém nenhum apresenta Relatório Final de resultado do projeto. A Sra. Sandra enfatizou a participação das câmaras técnicas no monitoramento dos projetos, que nesta nova proposta será disponibilizado equipe exclusiva para o monitoramento *"in loco"*, devido a Norte Energia exigir relatórios que constem a identificação de todos os bens que foram disponibilizados para os proponentes, e conseqüentemente a transferências destes bens, incluído também o relatório de resultado dos projetos

finalizados, ou seja verificar se as comunidades elegíveis foram beneficiadas com os projetos e se apresentaram resultados.

A Sra. Sandra Xavier continua sua explanação citando o recurso de R\$ 2.200.000,00 aprovado em edital e disponibilizado para a Secretaria Executiva, tem também o propósito de subsidiar as despesas com o monitoramento dos projetos. Ressaltou que o Instituto Avaliação não é detentor de informações, qualquer proponente tem acesso as informações dos seus projetos, e com a implantação do sistema, o acesso a estas informações serão mais acessíveis a todos os membros das câmaras técnicas, membros do CGDEX e proponentes. Destacou também o apoio técnico que será disponibilizado ao grupo de trabalho para a elaboração do novo modelo de gestão do PDRSX, será de responsabilidade do Instituto Avaliação o levantamento das informações em relação aos custos necessários para este novo modelo de gestão.

A Sra. Maria Amélia (SECTET) questionou sobre o sistema que já havia sido apresentado e que o mesmo ainda não está sendo operacionalizado, sendo necessário uma maior efetividade. Em relação a comunicação, e imprescindível acessibilidade e transparência. Destacou a urgência do prosseguimento dos trabalhos no sentido de criar um novo modelo de gestão, levantamento do recurso do PDRSX restante, bem como a aplicação deste recurso. Solicitou um plano de trabalho que fique claro as atividades que serão desenvolvidas pelo Instituto Avaliação.

O Sr. João Batista (FVPP) manifestou-se satisfeito em relação ao que foi apresentado sobre a renovação do contrato com o Instituto Avaliação, segundo ele, o que não havia ocorrido anteriormente, pois em outras ocasiões o Instituto Avaliação não havia demonstrado interesse na renovação do contrato e não havia sido apresentado detalhamento orçamentário. Citou que o trabalho do Instituto Avaliação deveria ter sido instrumento de avaliação nas câmaras técnicas. Em relação ao monitoramento o Sr. João Batista enfatizou o cuidado em relação aos projetos dos anos de 2011 e 2012, onde o regramento era outro.

O Sr. João Batista solicitou a construção de um mural com os nomes dos membros do CGDEX e respectivas funções, para fixação na recepção do escritório do PDRSX, evitando a espera no atendimento. Ressaltou a reestruturação do grupo de trabalho, no sentido de criar o novo modelo de gestão. Solicitou o registro do pedido para a Norte Energia para que o recurso anual do PDRSX seja aplicado.

O Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) solicitou a manifestação dos membros do Comitê Gestor em relação a solicitação do Sr. Andre Villas-Bôas (ISA) quanto a transparência e foi aprovado, na sequência solicitou a votação pela continuidade do Instituto Avaliação como gestora do PDRSX.

Deliberação: Com 19 votos a favor, será firmado novo contrato com a atual gestora do PDRSX - Instituto Avaliação. Não houve nenhuma abstenção e apenas um voto contrário.

O Sr. Thiago Carneiro deu prosseguimento com a constituição do grupo de trabalho do novo modelo de gestão do PDRSX. O grupo ficará composto pelos mesmos membros escolhidos em reuniões anteriores, conforme quadro abaixo:

GRUPO DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GESTÃO DO PDRSX	
Thiago Dantas Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República)	COORDENADOR
João Batista Uchôa Pereira (Fundação viver, Produzir e Preservar - FVPP)	MEMBRO
Poliana Marcolino Correa (Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura – SDI),	MEMBRO
Maria Amélia Enriquez (Secretaria De Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica - SECTET),	MEMBRO
Rainério Meireles (Conselho de Bairros e Entidades do município de Altamira – CONBEMAT)	MEMBRO
José Teixeira Pires Filho (Norte Energia)	MEMBRO
Marjorie Barros Neves (SEDEME)	MEMBRO
Maria Lucimar de Lima Souza (IPAM – Instituto de Pesquisa da Amazônia)	MEMBRO
Aline Joaquim (ACBM – Associação Consórcio Belo Monte)	MEMBRO

O Sr. Thiago Carneiro informou que será enviada comunicação com a relação dos membros do grupo para as câmaras técnicas, e para que as mesmas indiquem voluntários para fazer parte do grupo. E que o assunto deverá ser incluído na pauta das próximas reuniões das câmaras técnicas.

O Sr. Thiago Carneiro prosseguiu com a apresentação das resoluções nº 30 e nº 31 (Anexos 5 e 6), que resultaram das decisões desta plenária. A resolução nº 30 refere-se à aprovação do Edital 2017 e aprovação da 49ª Reunião Ordinária do CGDEX. A resolução nº 31 refere-se à homologação do resultado da Etapa 1 e aprovação do processo de julgamento dos recursos de documentação do Edital 2017.

Deliberação: As Resoluções de nº 30 e nº 31 foram aprovadas.

6) O que houver

Após finalização da pauta o Sr. Thiago Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) abriu espaço para a pauta de informes.

O Sr. Gilson Oliveira (Fundo Nacional do Índio - FUNAI) informou que nos dias 10 e 11 de junho de 2017, será realizada a 2ª edição da FEIRA DOS POVOS INDÍGENAS E RIBEIRINHOS DO MÉDIO XINGU e o início da implantação do plano de monitoramento e proteção do das terras do médio Xingu.

O Sr. André Villas-Bôas (ISA) informou que está sendo lançando o livro sobre as cadeias dos produtos das florestas onde o ISA atua.

O Sr. Mydjere Kayapó (Organização Indígena - OIB) discorreu sobre as dificuldades que os povos indígenas enfrentam para participar das reuniões das câmaras técnicas e reuniões do CGDEX, registrou sua insatisfação em relação as diárias que não contemplam as despesas com combustível, uma vez que muitas aldeias estão em localizadas distantes.

O Sr. Claudio Curuaia (Associação INKURI) informou que o terreno do Pedral já havia recebido licenciamento aguardando a terraplenagem.

O Sr. Alexandre (IA) informou da necessidade dos atendimentos aos proponentes para a Etapa 2 sejam agendados no site. Informou também que os documentos dos projetos já estão disponíveis para acesso no sistema ePDRSX. O Sr. Thiago Dantas Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) é favorável à disponibilização dos documentos, verificando o nível acesso para alteração e modificação dos documentos.

A Sra. Gracinda Magalhães (MMTACC) informou que foi encaminhado documento solicitando ajuda de custo para a participação na 2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher. O Sr. Thiago Dantas Carneiro (Secretaria do Governo da Presidência da República) informou que a solicitação será encaminhada para deliberação da Coordenação Geral.

O Sr. João Batista (FVPP) convidou todos os presentes para participarem da assembleia geral da Fundação viver, Produzir e Preservar – FVPP, que será realizada nos dias 12 e 13 de maio de 2017.

O Sr Thiago Carneiro convidou a todos para uma Audiência Pública que será realizada dia 12 de maio de 2017 as 09h na Câmara Municipal de Altamira.

Após considerações finais e nada mais havendo a tratar, às 16h e 00min, o mediador e os componentes da mesa agradeceram as contribuições de todos e encerraram a reunião.

Altamira/PA, 11 de maio de 2017.